



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO E SEXUALIDADE
MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

CULTURA DO MACHISMO: UM REFLEXO NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE?

Tamires Alves Dias¹
Samara Méscia Mendes da Silva²
Stéffane Costa Mendes³
Antonio Wellington Vieira Mendes⁴
Karina Ellen Alves de Albuquerque⁵
Camila Almeida Neves de Oliveira⁶

Resumo: Este estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que tem como objetivo compreender a influência da cultura do machismo nos índices de violência contra mulheres. Tendo em vista essas questões, há de refletir e analisar acerca dos motivos pelos quais esses números são cada vez mais crescentes, e como essa cultura machista e misógina impregnada pela sociedade acaba refletindo-se na saúde e qualidade de vida desse grupo, abrindo espaço para que o homem exerça sua força e supremacia em detrimento a feminina, e contribuindo para a perpetuação de vários tipos de violência.

INTRODUÇÃO

Denominar uma determinada prática social de cultura, implica atribuir-lhe uma série de elementos que discorrem essa conduta como corriqueira, destacando a ação como uma atividade comumente praticada por um grupo. Nesse sentido, destaca-se a cultura do machismo, conceito atribuído a um conjunto de características determinadas pela sociedade como padrões de normatividade a serem seguidos, baseando-se na supervalorização das características e domínios masculinos (SOUSA, 2017).

¹ Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri-URCA/UDI. Bolsista de Iniciação Científica (PIBEX-URCA). Membro do grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN) e dos Projetos Extensão Educação em Saúde e Sexualidade (PESS) e Viver Bem na Melhor Idade (PVBMI). E-mail: alvestamires98@gmail.com

² Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri-URCA/UDI. Membro do Grupos de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN) e Pesquisa e Extensão em Saúde Cardiovascular e Cerebrovascular (GPESCC). E-mail: samara1158@hotmail.com

³ Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri-URCA/UDI. Membro do Projeto de Extensão Educação em Saúde e Sexualidade e do Grupo de Pesquisa Clínicas, Cuidado e Gestão (GPCLIN). E-mail: steffanecostam@gmail.com

⁴ Acadêmico de Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri-URCA/UDI. Bolsista de Iniciação Científica. Membro do Grupo de Pesquisas Clínicas Cuidado e Gestão (GPCLIN). Integrante dos Projetos Educação para o Cuidado Seguro e Jovens Socorristas. E-mail: wellingtonmendes723@gmail.com

⁵ Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri-URCA/UDI. Membro do grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN) e Pesquisa e Extensão em Saúde Cardiovascular e Cerebrovascular (GPESCC). Extensionista voluntária dos Projetos Artistas do Cuidar e Viver Bem na Melhor Idade. E-mail: karinaellen2@hotmail.com

⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri-URCA/Unidade Descentralizada do Iguatu-UDI. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). E-mail: camilaandeoliveira@gmail.com



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

Esse processo é resultante da distinção sexual dos sujeitos, ou seja, a diferença sexual e biológica enquanto base para construção de papéis sociais dos indivíduos masculinos e femininos. Assim, desde a infância um conjunto de normas e comportamentos sociais são impostos, e vistos como padrões. Os homens são ensinados a exercer atividades de força física, enquanto as mulheres são figura frágeis, que possuem apenas o dom para as atividades do lar, maternidade e cuidado com as crianças (LÔBO, 2015; OSTERNE, 2011).

Nesta perspectiva, grande parte das relações estabelecidas entre homens e mulheres, especificamente as afetivo-sexuais são permeadas pela subordinação e opressão, que o gênero masculino exerce sobre o feminino. Essa desigualdade tem seu início precoce na vida dos indivíduos e abre espaço para que o homem exerça sua força e supremacia em detrimento da figura feminina, contribuindo para a perpetuação de vários tipos de violência (LÔBO, 2015).

Paralelamente, cabe frisar que o comportamento histórico dos homens e mulheres são reflexos do machismo e cultura patriarcal impregnado nas relações de gênero. Não podendo desconsiderar que os homens também são vítimas dessa sociedade, que impõe papéis sociais a serem seguidos; a exemplo, não poderem expressar suas emoções ou chorar, pois devem manter-se enquanto uma figura forte, ativa e máscula. Entretanto, é necessário reconhecer que esse aspecto não serve como justificativa para a dominação e violência exercida pelos homens em qualquer forma de expressão e espaço (OSTERNE, 2011; LÔBO, 2015).

Nesse contexto, os dados expressos nos números de mulheres vítimas de violência são irrefutáveis e dão a magnitude do fenômeno. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em setembro de 2016, no intervalo temporal de 2013-2015 foram registrados 16,9 mil casos de feminicídios no país, crime que se caracteriza pelas mortes violentas de mulheres em decorrência de seu sexo. Esses crimes são resultantes do conflito de gêneros, sobretudo nos casos em que o principal agressor mantém uma relação íntima com a vítima (IPEA, 2016).

É importante frisar que esses casos de mortes de mulheres apenas pelo gênero, ou seja, pelo fato de serem quem são, é a expressão máxima da violência, e das condutas machistas enraizadas na sociedade, destacando-se ainda, que na maioria desses casos, o sujeito que a comete é o parceiro ou ex-parceiro da vítima (LÔBO, 2015).

Entretanto, a violência contra a mulher, é um fenômeno complexo que pode estar presente em todos os âmbitos, não havendo distinção entre classes, segmentos sociais, cor e etnia, além de manifestar-se sob diferentes formas e circunstâncias. Esse fenômeno se expressa principalmente nos casos de violência sexual, física e psicológica, no entanto, é válido ressaltar



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

que nem sempre deixa marcas visíveis (OLIVEIRA, 2015; SOUSA, 2017).

Dados isso, discutir essa problemática é pertinente no território cearense, pois, ainda de acordo com o IPEA (2016) no intervalo temporal de 2013-2015, houve 684 registros de mortes violentas de mulheres no Estado. Sendo uma média de 228 mulheres assassinadas pelo gênero. Já em 2018, estatísticas divulgadas pela Planilha de Doenças de Notificação Compulsória, registraram 447 homicídios dolosos, sendo 26 registros considerados feminicídios. O Ceará foi o segundo Estado onde mais se matou mulheres nesse mesmo ano (IPEA, 2016; BRASIL, 2018).

Tendo em vista essas questões, há de refletir e analisar acerca dos motivos pelos quais esses números são cada vez mais crescentes, e como essa cultura machista e misógina impregnada pela sociedade acaba refletindo-se na saúde e qualidade de vida das mulheres. Nesse sentido, a respectiva pesquisa tem como objetivo compreender a influência da cultura do machismo nos índices de violência contra mulheres.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca eletrônica na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período de abril de 2019. Foi realizado o cruzamento dos seguintes descritores: Violência, Mulher, Gênero e Machismo, por meio do operador booleano AND, seguido da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultando em 09 artigos. A pesquisa também fundamentou-se nos dados de violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e das Planilhas de Doenças de Notificação Compulsória do Ceará.

Na BVS foram enredados: artigos disponíveis na íntegra, pesquisa com o seguinte assunto principal, Violência contra mulher, Gênero e Machismo, no idioma português e últimos 5 anos de publicação. Dentre os critérios de exclusão destacam-se: publicações que não respondessem à questão norteadora e/ou duplicadas.

A definição do tema do estudo se deu através da escolha da questão norteadora: Como a cultura do machismo pode influenciar nos índices de violência cometida contra mulheres? Visto que, os índices de mortalidade de mulheres associados a atitudes machistas e violentas, crescem significativamente nas últimas décadas. E deste modo, após processo de elegibilidade, a presente análise foi realizada com 11 publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário sociocultural no qual todos os indivíduos estão envoltos, é o fruto histórico de uma sociedade culturalmente machista e patriarcal. Nesse sentido, ao se discutir sobre as



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

práticas de violência contra mulheres, é possível perceber como as concepções construídas historicamente pelos sujeitos acabam refletindo nas suas relações sociais e, sobretudo, afetivo-sexuais, por meio dos traços postos ao longo do seu desenvolvimento (LÔBO, 2015).

O que se pode observar é que as causas para perpetuação da violência são multifacetadas. No entanto, independente dos motivos apresentados percebe-se que a dominação do homem acaba se sobrepondo à figura da mulher, implicando em danos psicossociais à vítima. Essas condutas exemplificam o modo como os sujeitos estão envolvidos na teia machista e heteronormativa, que permeia as relações entre os indivíduos, tanto na esfera pública como na vida doméstica e familiar (SOUZA, 2017).

É importante salientar que essas relações desiguais são expressas na divisão do trabalho, onde em alguns casos, mesmo desempenhando atividades iguais, as mulheres continuam recebendo salário inferior aos homens. Todavia, não se pode desconsiderar que essa inserção cada vez maior da figura feminina nos espaços e nas relações de trabalho acaba flexibilizando esse cenário de dependência e subjugação. Entretanto, a tentativa de romper com essa condição passiva, pode ser apontada como um dos fatores que levem a perpetração da violência doméstica e familiar, tendo em vista que a autonomia masculina “acaba sendo ameaçada”. Para o homem, detentor do poder, essa busca por autonomia e independência financeira é uma quebra da hierarquia familiar (BLAY, 2016; MACHADO, 2010).

De acordo com Lôbo (2015), existem agressores que atribuem à violência um caráter natural da forma de ser dos homens, ou até mesmo como resposta a determinado comportamento feminino. Nesse sentido, percebe-se vários pretextos atribuídos a violência, destacando-se alegações como o ciúme, dificuldade financeira do homem, dependência química, recusa sexual, desobediência, a saída da mulher da unidade doméstica na busca pela sua inserção do mercado de trabalho, discussões sobre criação de filhos e finanças da casa, divergências quanto aos papéis de homem e mulher, dificuldade em dialogar e principalmente o medo de perder o controle sobre a mulher (OLIVEIRA, 2015).

Sob consequência, nos seis primeiros meses de 2018, o Ceará registrou 1.431 denúncias de violência contra mulheres feitas pelo Ligue 180, o número é 13º maior do Brasil e o 5º do Nordeste. Os dados foram divulgados na Planilha de Doenças de Notificação Compulsória, elaborada pela Secretaria da Saúde do Estado. As principais agressões denunciadas são: cárcere privado, violência física, psicológica, obstétrica, sexual, moral, patrimonial, tráfico de pessoas e homicídio (BRASIL, 2018).

A violência acarreta uma série de efeitos na vida das mulheres, expressos por meio de



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

uma complexidade de sentimentos, tais como: o trauma emocional, o medo, as sequelas físicas, a insônia, depressão, sentimento de incapacidade, a dificuldade em retomar a vida sexual e reinserção no trabalho, e em alguns casos a morte (BLAY, 2016).

A violência nas relações de gênero e, particularmente, a violência sexual e física pode acarretar a ocorrência de diversos problemas, implicando no maior uso dos serviços de apoio e assistência à essas mulheres. Os serviços de saúde, sobretudo as emergências e Delegacias da Mulher, são os mais procurados pelas vítimas de violência sexual e doméstica. Na maioria das vezes, os problemas que não se reduzem em consequências imediatas dos atos vivenciados, mas apresentam interfaces que necessitam de aporte interdisciplinar, como as cicatrizes deixadas na vida sexual, afetiva e psicossocial (BRASIL, 2004; OLIVEIRA, 2015).

Nas últimas décadas, o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres tem sido cada vez mais discutido, principalmente com a contribuição do movimento feminista na luta política pelo reconhecimento dos direitos sociais, políticos e civis das mulheres. Essas manifestações se contrapõem às desigualdades sociais estabelecidas nas relações de gênero, em que o homem exerce sua supremacia sobre a mulher, além de não reforçarem o machismo, a misoginia e a naturalização desse tipo de atitude (BLAY, 2016; MACHADO, 2010).

A criação da Lei Maria da Penha ratifica esse processo e mostra a magnitude do fenômeno mediante a criação de um mecanismo cuja finalidade é prevenir e coibir as formas de violência. A referida Lei representa uma transformação jurídica do Brasil, referente ao enfrentamento desse fenômeno, muitas vezes, silenciado, e a garantia dos direitos humanos e preservação da dignidade das mulheres (BRASIL, 2006).

No entanto, é necessário enfatizar que em muitos casos, as mulheres ainda encontram barreiras de acesso aos serviços de apoio psicossocial, assistência à saúde, segurança pública ou jurídica. O medo em buscar atendimento, por temer o violentador ou os constrangimentos associados serviços assistenciais, pode resultar em impactos significativos na vida das vítimas, a exemplo o aumento dos índices de feminicídios (OLIVEIRA, 2015; SOUSA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão, refletiu sobre aspectos que permeiam as relações desiguais de gênero, sobretudo nos casos em que a cultura machista permeia a base para diversos casos de violência cometida contra mulheres, caracterizando a situação como um problema social e, sobretudo, de saúde pública. Hoje, a violência advinda de atitudes machistas, é um dos principais indicadores de denúncias feitas por mulheres, variando do assédio moral e da violência psicológica até as manifestações extremas de agressão física, sexual e feminicídio.



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

Portanto, para enfrentar essa cultura machista e patriarcal, são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os direitos das mulheres, são direitos humanos. Desse modo, para modificar a cultura da subordinação de gênero é necessária uma ação conjugada, que articule os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais setores.

Espera-se que o respectivo estudo, possa contribuir com futuras pesquisas e estratégias de enfrentamento à problemática. Analisar acerca da assistência prestada à mulher vítima de violência, levanta reflexões sobre a necessidade de um cuidado humanizado, destacando a importância do acolhimento, empatia e formação de vínculo. O atendimento a essa realidade exige do enfermeiro e demais profissionais atuantes nos serviços porta de entrada, capacitações constantes, que visem a garantia de um atendimento integral, utilizando estratégias que podem melhorar a assistência oferecida, informando-as sobre seus direitos e instuindo-as na busca destes.

DESCRIPTORIOS: Violência. Mulher. Gênero. Machismo.

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, v.17, 2016.

BRASIL_____. Lei 11.340 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha:** comentários à lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário., 2006.

BRASIL_____. Planilhas de Doenças de Notificação Compulsória do Ceará. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde.**, 2018.

BRASIL_____. Plano nacional de políticas para as mulheres. **Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, 2004.

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada. **Dados inéditos sobre violência contra a mulher.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

LÔBO, G. A. Gênero, machismo e violência conjugal: perfil societário e cultural dos agressores de violência contra as mulheres. **Revista Direito & Dialogicidade**, v.6 , n.1, 2015.

MACHADO, L. Z. Feminismo em movimento. **Revista Francis**, 2. ed., 2010.

OLIVEIRA, E. M.; et al. Atendimento as mulheres vítimas de violência: um estudo qualitativo. **Revista Saúde Pública**, 2015.

OSTERNE, M. S. F. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **O público e o privado**, n.18, 2011.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, v.25, n.1, 2017.